OS XUKURU E O “SUL”: migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas

EDSON SILVA¹

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: Nas memórias dos índios Xukuru, assim como em registros históricos, é citada a migração para a Zona da Mata Sul de Pernambuco, chamada “o Sul” pelos índios. Os Xukuru relatam em suas tradições orais que por causa das violências dos fazendeiros invasores das terras do antigo aldeamento de Cimbres, famílias indígenas fugindo de perseguições, da fome e da seca, engrossaram o grande contingente de mão-de-obra disperso por regiões vizinhas ou migraram para lugares mais distantes. Muitas famílias foram trabalhar na lavoura da cana-de-açúcar. Os índios Xukuru que possuíam pequenos lotes de terras e migravam periodicamente por causa da seca, retornavam com as primeiras chuvas aos seus lugares de origens. Outros por falta de terras, por falta de trabalho para sobrevivência, migraram também para Zona da Mata em Pernambuco e Alagoas, onde se estabeleceram reinventando a vida e suas relações no mundo do açúcar.

Palavras-chave: índios; Xukuru; migrações; trabalho indígena; lavoura canavieira.

Abstract: The collective memory of the Xukuru Indians, as well as historical records, register the migration to the southern Zona da Mata of Pernambuco, called “the South” by the Indians. The Xukuru report in their oral traditions that because of the violence of the landowners who invaded the lands of the old village of Cimbres, indigenous families who

fled from persecution, hunger, and drought, swelled the large numbers of workers dispersed from neighboring regions or who migrated to more distant places. Many families went to work on sugar cane plantations. Xukuru Indians who had small plots of land and migrated periodically because of drought, returned to their places of origins with the first rains. Others, for lack of land or lack of work for survival, also migrated to the Zona da Mata in Pernambuco and Alagoas, where they established themselves, reinventing their lives and their relationships in the world of sugar.

Keywords: Indians; Xukuru; migration; indigenous work; sugar cane crop.

Zona da Mata, uma região de fronteira

Toré

I

Os dois maracás,
um fino outro grosso,
fazem alvoroço,
nas mãos do Pajé:

– Toré!
– Toré!

Bambus enfeitados,
compridos e ocos,
produzem sons roucos
de querequexé!

– Toré!
– Toré!

Lá vem a asa-branca,
no espaço voando,
vem alto, gritando...
– Meu Deus, o que é?

– Toré!
– Toré!

II

– É o Caracará
que está na floresta,
vai ver minha besta
de pau cotolé

– Toré!
– Toré!

Cabocla bonita,
do passo quebrado,
teu beijo encarnado,
parece um café!

– Toré!
– Toré!

Pra te ver, cabocla,
na minha maloca,
fiando na roca,
torrando pipoca,
eu entro na toca
e mato onça a quicé!

– Toré!
– Toré!

Ascenso Ferreira, 1939.

O poeta Ascenso Ferreira nasceu no ano de 1895, em Palmares. Cidade localizada na Zona da Mata Sul de Pernambuco, numa região com grandes plantios de lavoura canavieira, muitos engenhos e usinas de açúcar. Órfão de pai ainda criança, foi adotado aos treze anos, por um padrinho, dono de uma espécie de armazém geral, no qual o adolescente Ascenso começou trabalhar. Foi balconista até 1919, quando veio morar no Recife.

Reconhecido boêmio, nas suas caminhadas pelas ruas e em bares do Recife antigo, o bairro portuário, era ouvido recitando seus versos, reunidos posteriormente em livros. Considerado um dos adeptos do Modernismo no Recife, seus poemas foram saudados por críticos como Sérgio Milliet, Manuel Bandeira e Mário de Andrade. Os poemas de Ascenso Ferreira citam tipos humanos, momentos festivos, diferentes expressões culturais populares e memórias de situações do cotidiano dos períodos em que o poeta viveu em Palmares e depois no Recife.

Em que teria se inspirado Ascenso Ferreira para escrever o poema “Toré”, uma dança de grupos indígenas, a exemplo dos Xukuru do Ororubá, habitantes nas regiões Agreste e Sertão pernambucano?! Os Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção) utilizam maracás de cabaça ao dançarem o Toré. Os Fulni-ô, de Águas Belas, além de maracás, usam grandes flautas de bambu, de onde sai um som rouco, em suas danças. Como o poeta teve conhecimento disso para citar nos versos de “Toré”? Havia a presença de “caboclos” no ambiente onde Ascenso vivera a primeira parte da sua vida?

O estabelecimento comercial do padrinho de Ascenso, onde este trabalhou na juventude, emblematicamente se chamava “A Fronteira” e estava localizado nos limites urbanos com a área rural da cidade de Palmares. Era um local de compras, caminho, passagem, pouso de ida e volta dos que se dirigiam à estação ferroviária. Foi desse ambiente que Ascenso Ferreira se inspirou para muitos dos seus versos. Palmares está localizada nas margens de uma antiga estrada que ligava Pernambuco a Alagoas, e a colheita sazonal da cana-de-açúcar atraiu sempre para aquela região numerosos contingentes de trabalhadores, os chamados corumbas, vindos do Agreste.

Nas memórias dos Xukuru, assim como em registros históricos, é citada a migração indígena para a Zona da Mata Sul, chamada “o Sul”

pelos índios, em períodos de seca ou na busca de trabalho. Um ofício da Câmara da Vila de Cimbres, dirigido à Presidência da Província de Pernambuco, em 1827,² respondendo sobre a situação do aldeamento, acusava os índios de indolentes, ladrões e preguiçosos. O empenho civilizatório do novo capitão-mor, além de enfrentar a resistência dos índios, fora interrompido por uma seca que devastou aqueles “sertões”, provocando mortes de índios e “*expratiando-se outros para procurarem a vida das matas do sul*”, onde, informava o documento, muitos morreram vitimados por epidemias. Portanto, desde longa data ocorreu à migração de índios Xukuru para a Zona da Mata Sul de Pernambuco, em razão da seca, em busca de sobrevivência, como registrou o citado documento.

A seca que nos anos 1950 atingiu o Agreste, também provocou a migração de índios para o “Eldorado”, uma referência aos Estados do Sudeste e Sul, como registrava um documento oficial. Os agentes do Serviço de proteção aos Índios (SPI) ressentiam-se da falta de recursos para socorrer os flagelados das secas periódicas e sucessivas na região³. Índios com suas famílias, a exemplo dos Xukuru, procuravam os postos nas aldeias ou a Diretoria da Inspeção Regional do SPI/IR4, no Recife, e como às vezes eram parcialmente atendidos, migravam em busca de condições de sobrevivência.

No conhecido livro *A terra e o homem no Nordeste*, publicado em 1963 e reeditado várias vezes, seu autor, Manuel Correia de Andrade, classificou dentre os trabalhadores assalariados na lavoura canavieira “os corumbas” ou “catingueiros”, como residentes “*no Agreste e Sertão, mas se deslocam todos os anos para a zona canavieira durante a safra, a fim de participar da colheita. Fazem, assim, uma migração sazonal, uma vez que com as primeiras chuvas voltam para sua terra*”.⁴

Índios: esbulhos de terras, perseguições e dispersões no século XIX

A partir da segunda metade do século XIX, principalmente após a Lei de Terras de 1850, foram intensificadas as invasões às terras dos antigos aldeamentos em Pernambuco. Por meio das ações de esbulhos, tradicionais arrendatários perseguiram e expulsaram famílias indígenas. As autoridades provinciais, como comprova a documentação da Diretoria Geral dos índios da Província de Pernambuco, pediam insistentemente

ao Governo Imperial a extinção dos oito aldeamentos existentes na época em Pernambuco, para que suas terras fossem destinadas ao patrimônio das câmaras municipais, manobra que beneficiaria os poderes locais das famílias latifundiárias invasoras das terras indígenas. Uma prova nítida disso foi à nomeação do proprietário e fazendeiro Pantaleão de Serqueira Cavalcante para Juiz Comissário de Mediações de Terra do aldeamento de Cimbres.⁵

No aldeamento de Cimbres (atualmente Pesqueira), além dos conflitos com os fazendeiros, os índios eram pressionados pela Câmara Municipal. Os limites das terras do aldeamento foi objeto de uma longa discussão. Em 1862 a Câmara de Cimbres e a Diretoria Geral dos Índios chegaram a um acordo, todavia o conflito permaneceu. Aumentaram as pressões sobre o aldeamento de Cimbres. Um Aviso de 1863 enviado pelo Ministério da Agricultura autorizou a Presidência da Província o aforamento das terras indígenas.⁶

Situada na Serra do Urubá (Ororubá), há 64 léguas do Recife, na Comarca do Brejo da Madre de Deus, a Aldeia de Cimbres, é citada em 1873 no Relatório da Comissão nomeada pelo Presidente da Província para emitir um parecer a respeito dos aldeamentos em Pernambuco, como “*uma das maiores propriedades dos índios*” da Província. Suas terras mediam três léguas de comprimento por uma de largura, estendendo-se até o Rio Ipojuca. A Vila de Cimbres é citada como localizada “*em terras dos índios*”, correspondendo a mais uma légua de terras. A área da Serra foi considerada “*excelente*” para a agricultura, enquanto a região baixa era propícia para a criação de gado. Consta no Relatório ainda que em Cimbres eram realizadas edificações sem autorização legal e que a reação indígena aos esbulhos de suas terras provocados pela Câmara Municipal resultavam em conflitos com os Xukuru.⁷

O Presidente da Província no seu Relatório Anual em 1878 comentava e justificava a extinção oficial dos aldeamentos ainda existentes em Pernambuco, pois, seus habitantes estavam “*confundidos com a população*” e “*em contínuas lutas com os usurpadores de seus terrenos e confinantes, que ambicionando alargar seus domínios, praticam contra êsses míseres entes as mais cruéis perseguições*”, afirmando ainda que a extinção do Aldeamento de Cimbres era pedida desde 1822 por autoridades locais.

Em ofício datado de 1878, o engenheiro responsável pela demarcação comunicou que a Câmara Municipal de Cimbres enviara petição ao Governo Imperial requerendo a extinção do “Aldeamento do Urubá”, para que as terras fossem ocupadas pelos agricultores (fazendeiros) do lugar e não pelos índios. Questionando o modo indígena de dispor das terras, a Câmara justificava que sendo muito produtivas, não eram de todo aproveitadas pelos indígenas, chamando-os de preguiçosos. Afirmava ainda o engenheiro que a Câmara procurava amedrontar os índios, para que eles, diante das ameaças de perseguições, abandonassem as suas terras.

No ano seguinte, os índios de Cimbres fizeram uma representação contra o Diretor Parcial que estava arrendando as terras dos indígenas, de onde eles tinham se retirado após a seca, possivelmente à famosa grande seca de 1877. Atendendo às repetidas solicitações da Câmara de Cimbres de terras para o patrimônio municipal, ainda em 1879 o Presidente da Província por ordem do Governo Imperial, decretou a extinção do aldeamento de Cimbres, favorecendo os fazendeiros, representantes da oligarquia política local, muitos deles anos e anos vereadores encastelados na Câmara.⁸

Os conflitos entre os índios de Panema ou Ipanema e fazendeiros invasores das terras indígenas também se acentuaram na década de 1860. A Aldeia de Águas Belas ou Panema, situada na margem norte do rio Panema, distante noventa léguas do Recife, tinha em 1861 cerca de 382 índios, divididos em noventa e seis famílias. Essa aldeia fora demarcada anteriormente, porém, “*os hereos confinantes*” desfaziam os marcos. O Barão dos Guararapes, Diretor Geral dos Índios na Província de Pernambuco, confirmava que a povoação de Águas Belas estava estabelecida no terreno doados pelos índios a Igreja Matriz. Doação que tinha sido feita a mais de cinquenta anos, competindo ao padre à cobrança dos foros, provocando uma disputa de terras entre a Igreja e os índios.⁹

As perseguições aos índios eram permanentes. Quando suas casas foram incendiadas, eles buscaram o apoio para denunciarem o ato às autoridades provinciais e também ao Governo Imperial. Assim o Capitão da Aldeia de Ipanema João Correa Caboré, solicitou em 1864 que o Vigário da Freguesia de Águas Belas lhe atestasse que o Diretor parcial juntamente com um alferes local, foram os responsáveis pela

queima das moradias indígenas. E que este último usara a palmatória contra alguns índios e o Diretor arrendara as terras indígenas recebendo os foros. Os índios conseguiram o “Atestado” do vigário confirmando suas denúncias e reclamações.¹⁰

Diversos diretores-parciais foram nomeados para a Aldeia Panema. A rotatividade de ocupantes no cargo esteve relacionada à convivência com as invasões das terras e perseguições aos índios, contribuindo assim para o acirramento dos conflitos. Os aldeados em Panema recorreram por diversas vezes às autoridades provinciais denunciando os desmandos, exigindo seus direitos e solicitando a demissão dos diretores favoráveis aos invasores de suas terras.

Com um Requerimento acompanhado de um abaixo-assinado, o líder da Aldeia de Ipanema se dirigiu ao Presidente da Província solicitando a demissão do Diretor-parcial, acusando-o de juntamente com seus familiares de estarem perseguindo os índios para expulsá-los de suas terras, proibindo-os de caçar e pescar em seu território e usando de outras “*arbitrariedades contra os indígenas*”.¹¹ Os invasores contavam com o apoio da polícia que acusavam os índios de insubordinados e perturbadores da ordem pública.

Os índios se confrontaram com uma patrulha policial após a prisão do Maioral Francisco Gomes da Silva e o cerco da Aldeia de Panema. Um indígena idoso reagiu e foi atingido: “*cercarão um índio velho de nome Manoel Alves se opôs com uma tropa digo uma faca a querer brigar com a patrulha e ahi foi vítima com três tiros e a mulher sahio baliada*”. No saldo do confronto “*com a patrulha sahirão ainda quatro feridos*”. Do lado das tropas legais, “*Um Inspector cercando a casa de um índio quando foi falando recebeo um tiro de dentro de casa porem são se sabe quem foi supõe-se que foi um índio*”.

Ao relatar o conflito no ofício enviado ao Presidente da Província, o Maioral reafirmava as perseguições a sua prisão e de mais outros índios “*ultimamente incendiarão três casas dos índios, e se achão presos vinte e oito e eu me accho preso algemado com outro índio encangado e sofrendo até não sei quando*”.¹² Diante desse contexto temos que questionar a veracidade da informação do “*abandono das terras e a dispersão dos índios*”, que dizia em 1869 o Diretor Geral Interino dos Índios ao nomear um novo Diretor-parcial para a Aldeia Panema.¹³ As terras

férteis da Aldeia Panema ou Ipanema em Águas Belas, continuou nos anos seguintes sendo objeto de disputas entre os índios e os fazendeiros invasores.

Os índios Fulni-ô e Xukuru, como também grupos indígenas em Alagoas, lembram em suas tradições orais que com as invasões sistemáticas de suas terras e a decretação das extinções dos aldeamentos, ocorreram casos de umas poucas famílias que migraram para terras de outros aldeamentos, também oficialmente declarados extintos. Dezenas de famílias indígenas engrossaram o grande contingente de mão-de-obra que se dispersou por regiões vizinhas as terras dos extintos aldeamentos.

Ora trabalhando nas fazendas, como moradores ou agregados, ora vagando pelas estradas, sem-terras e sem-tetos, vieram ocupar as periferias dos centros urbanos, em cidades como Garanhuns, Pesqueira, Lagoa dos Gatos, Correntes. E ainda nos municípios alagoanos como Colônia Leopoldina, Ibatiguara, São José da Laje. Outras famílias indígenas fugindo de perseguições, da fome e da seca, foram trabalhar na lavoura da cana-de-açúcar na Zona da Mata, se estabeleceram em São Benedito do Sul e cidades próximas.

Vivências indígenas na Mata Sul

Um estudo baseado em entrevistas constatou as origens indígenas de vários indivíduos, em sua grande maioria nascidos e moradores no Município de São Benedito do Sul. Seus antepassados vieram de antigos aldeamentos nas regiões próximas e também do Agreste pernambucano,

“Vindos do Agreste, de aldeias mais próximas do litoral pernambucano e ainda de Alagoas, muito índios migraram para a região canavieira da Zona da Mata Sul de Pernambuco, a exemplo do município de São Benedito. Desse modo, o presente estudo buscou compreender o sentido das migrações de descendentes de indígenas que vieram trabalhar na Zona da Mata Sul de Pernambuco, mais precisamente no município de São Benedito do Sul. Essas pessoas que atuaram como mão-de-obra disponível e barata no “mar verde” representado pela lavoura canavieira.”¹⁴

A entrevistada Quitéria Maria da Conceição, 41 anos, cujo pai e avós nasceram em Águas Belas, falou que no lugar de origem de seus

antepassados eles plantavam lavoura de subsistência. Expulsa de onde morava, parte da família viajou para o Recife e São Paulo, e a outra parte depois de perambular por vários locais, veio trabalhar na lavoura da cana. Trabalharam para a extinta Usina Água Branca, onde segundo Quitéria, *“Os homens da família faziam de tudo na cana: cortavam, amarravam... as mulheres faziam o mesmo. Já outras trabalhavam como empregadas domésticas”*¹⁵ em casas de famílias abastadas em São Benedito do Sul. A própria entrevistada também trabalhou cortando cana. Posteriormente foi professora em uma escola da zona rural, e depois passou a lecionar na zona urbana. Além dos que migraram para outros Estados, Quitéria tem parentes morando na região que continuam trabalhando no corte da cana e mulheres em “casas de família”.

Afora Quitéria, outro entrevistado Severino Zacarias da Silva, 46 anos, conhecido como Pororó, são os poucos casos de indivíduos que conseguiram sair do universo da super-exploração do trabalho na lavoura da cana-de-açúcar. O avô paterno de Zacarias era natural do Brejo da Madre de Deus (próximo a Poço e Pesqueira, onde moram os Xukuru) e a avó de Águas Belas (onde habitam os Fulni-ô). Vereador em São Benedito do Sul, “Pororó” falou que a vinda de seus parentes para a região da Mata Sul ocorreu devido às perseguições, *“foram expulsos de Águas Belas por posseiros que se apropriaram das terras da família”*, que por sua vez migraram para Palmares. Tinham esperanças de reconstruírem as vidas em um ambiente onde se propagava existir trabalho farto. Todavia, *“por não ter um pedaço de terra”*, após perambularem por vários lugares, chegando ao mundo da cana a experiência foi também muito dura. Pois deixaram uma agricultura de subsistência, *“para trabalharem como escravos”*. Se morassem e plantassem roça no engenho, mais da metade do produzido era do proprietário ou do administrador da usina.

Em São Benedito, “Pororó” trabalhou no corte e adubo da cana. Cambitou e encheu caminhão, exerceu quase todas as funções na lavoura canavieira. Durante a entressafra, migrou um período para o Mato Grosso onde foi motorista. Em outro momento em São Paulo trabalhou como vigilante. Voltando a São Benedito do Sul, posteriormente foi eleito vereador. Além de uma irmã *“aposentada na lavoura da cana”*, Zacarias têm parentes trabalhando na cana-de-açúcar em Maraial (cidade vizinha), na região e em cidades próximas no Estado de Alagoas.

O entrevistado enfatizou que ouviu do seu pai, sobre a freqüente participação da avó paterna como uma das responsáveis para enfeitar os altares de cultos do seu povo Fulni-ô. Ao ser perguntado se era índio, o entrevistado respondeu que mesmo estando no ambiente onde vive, “*nasci índio, e assim morrerei índio também*”! E em seguida falou indignado: “*O interesse de misturar os índios é muito grande, pelo fato de querer apagar sua história, sua cultura*”. E após enfatizar o preconceito social contra os índios, e discorrer sobre as invasões de latifundiários nas terras indígenas, concluiu perguntando: “*Existe inimigo pior para nós do que leis e cartório?*”¹⁶

Os avós e bisavós de Maria da Conceição da Silva, 49 anos, eram de Colônia Leopoldina (onde habitam os índios Wassú), cidade alagoana localizada na região circunvizinha a São Benedito do Sul. Seus pais migraram cedo para a Zona da Mata em busca de trabalho. Segundo a entrevistada ela e os pais, perambularam bastante, passaram muita fome e por muito tempo dependeram da caridade alheia para sobreviverem. Hoje aposentada da lavoura da cana, Maria da Conceição tem primos que permanecem na mesma labuta. Sua irmã é professora primária, um filho está em São Paulo também trabalhando na cana. Outros irmãos e parentes moram no Recife.¹⁷

Com 70 anos de idade Severina Raimundo da Conceição afirmou que seus antepassados eram de Pesqueira. Ela nasceu em Agrestina/PE, de onde com oito anos de idade migrou com seus pais para São Benedito do Sul. Trabalhavam durante a safra da cana-de-açúcar e na entressafra voltavam para Agrestina ou Pesqueira. Segundo ela “*Todo mundo da minha casa trabalhou suado para a Usina Água Branca e a Usina Frei Caneca. Demos duro até pelo fato de morar ‘debaixo da asa’ do usineiro, nunca tivemos casa. Aqui fomos escravos e humilhados*”. Tem um filho e sobrinhos que continuam trabalhando na lavoura canavieira na região. E parentes no mangue em João Pessoa/PB pegando caranguejo.

Localização de cidades em Pernambuco de onde migraram os indígenas. (In: SILVA, 2007, p. 29) 1. Pesqueira (índios Xukuru); 2. Águas Belas (índios Fulni-ô); 3. Garanhuns; 4. Agrestina; 5. Lagoa dos Gatos; 6. São Benedito do Sul.

Sem terras e seca: razões das migrações Xukuru para o “sul”

Uma crônica publicada em 1953 no jornal semanário de Pesqueira, o autor expressava sua alegria pelas chuvas do inverno que, regando a terra, enfeitava a Serra do Ororubá de folhas e flores, deixando-a semelhante a uma “rainha” e “mãe” que sempre fora. Ao longo do seu texto, o articulista retomou saudosamente o passado da produção, das relações sociais e condições de vida na Serra. Para ele, não fazia muito anos, “*a Serra do Ororubá era ainda um celeiro*” com muitos plantios de café. A Serra era um pomar: produzia café, mandioca, frutas e tanta cana, motivando até a inveja dos engenhos do litoral!¹⁸

Porém, tudo isso mudara no transcorrer de poucos anos. Caminhava-se “*léguas para se ver alguns pés de café ou uma tarefa de roça. Em vez dos engenhos, taperas. Em vez do canavial, vazantes de capim. Em vez de milhares de habitantes de barriga cheia, milhares de bois, de barriga cheia*”. Com as invasões violentas, qual “*vândalos*”, dos bois, foram destruídos os sítios e pomares, colocando em fuga seus habitantes. Segundo o autor a era humana foi substituída pela bovina: tudo se tornara um imenso curral, no final imperava o “*invencível, senhor absoluto, Sua Majestade – o Boi*”.

Diante da conhecida situação, o cronista comparava Pesqueira ao município de Triunfo, que, diferentemente, era “*um oásis de fartura no Sertão*”. Também situado em uma região montanhosa, Triunfo, bem menor que Pesqueira, era um município rico, isso porque cada família tinha um pedaço de terra, com centenas de engenhos, casas de farinha e considerável produção agrícola, significando fartura. Em Pesqueira, existia uma lógica inversa, a da era do boi, que provocaria, em breve, a falta de alimentos, “*Os agricultores são empurrados para a ribeira estéril, se não querem ser operários na cidade. E o município, que outrora se bastava a si mesmo e ainda abastecia outros mercados, hoje é quase faminto e dentro pouco tempo estará importando até maxixe*”.

A “*ribeira*” referida pelo cronista situava-se ao longo das margens do Rio Ipojuca que, em épocas de secas, tornava-se um filete de água, sem garantia para a sobrevivência dos moradores próximos. Aos expulsos de suas terras restava então serem operários nas fábricas de doces em Pesqueira. As terras férteis da Serra do Ororubá foram ocupadas pelas fazendas de gado ou pelo plantio de frutas destinadas à indústria de conservas e doceira municipal.

Na semana seguinte, o mesmo autor publicou mais um artigo sobre a Serra do Ororubá. Depois de discorrer sobre o texto bíblico que trata das origens humanas, ele invocou a necessidade da solidariedade humana frente a uma situação de crescente miséria para muitos e riqueza de poucos, escrevendo: “*O problema da Serra do Ororubá entregue aos bois, para riqueza de meia dúzia, enquanto os seus antigos agricultores definham numa miséria sempre crescente – é uma pedra de toque por onde se pode auferir do bom senso e do espírito de humanidade daqueles que falam do assunto.*”¹⁹ O cronista, citando o município de Floresta, onde

na Serra do Uma era proibida a criação de gado, para não prejudicar a agricultura, cobrou do poder legislativo de Pesqueira uma medida igual para a Serra do Ororubá.

Os artigos provocaram um inquietante debate em Pesqueira, como se observa em uma crônica publicada no *Diário de Pernambuco*, o maior jornal da capital e reproduzida²⁰ pelo Jornal *A voz de Pesqueira*. Um jornalista que visitara Pesqueira dias passados e testemunhara uma “*agitação*” provocada pelas discussões a respeito do “*problema*” da agricultura na Serra do Ororubá, estando próxima à vitória daqueles que advogavam “*uma fixação de limites*” entre as áreas destinadas às lavouras e às atividades pastoris. Reconhecendo a importância econômica municipal da pecuária, defendia o jornalista uma firme campanha nos jornais e rádios locais, para esclarecer a opinião pública sobre os prejuízos aos interesses coletivos pela falta dos tais limites.

Para o jornalista da capital, a ausência de demarcação de áreas reservadas e a apropriação e emprego “*abusivo*” das terras agricultáveis, para criação de gado, provocava a elevação do custo de vida, em razão da diminuição da produção de alimentos. Para o jornalista ainda, possuíam uma atitude “*reacionária*” os criadores que resistiam a uma razoável demarcação dos limites. Lembrava ele ainda que os responsáveis por determinar tais limites estavam sujeitos a uma “*quarentena*”, pelo julgamento popular, devido à inércia para tomar a necessária decisão.

Ora, tal decisão acerca dos limites não interessava aos políticos e administradores de Pesqueira, pois os cargos públicos municipais, em sua grande maioria, eram ocupados por fazendeiros criadores de gado na Serra do Ororubá. A elite econômica e a oligarquia local eram formadas por indivíduos pertencentes a famílias que secularmente tinham se apropriado das terras do extinto aldeamento de Cimbres, expulsando seus antigos moradores.

Na área rural, na Serra do Ororubá, muitos xukurus sem terras moravam “de favor” em terras nas mãos dos fazendeiros. Pagavam a moradia com o trabalho na lavoura. Muitos trabalharam desde a infância nas lavouras, que eram invadidas e destruídas pelo gado do fazendeiro. Outra opção para os índios sem terras era o chamado trabalho arrendado. E também aumentavam as pressões dos fazendeiros sobre aqueles que

possuíam pequenos pedaços de terras, arrendando-as, comprando-as, tomando-as à força. O que provocou a dispersão de famílias indígenas.

Em outras localidades, algumas famílias herdaram dos seus antepassados pequenos pedaços de terras. O Pajé Xukuru, “Seu” Zequinha, recordou que a falta de terras obrigava os índios a trabalhar para os fazendeiros. Ele próprio trabalhou nessas condições. Quando era de seu interesse, os fazendeiros cediam terras para trabalho em regime de pagamento, com a maior parte da produção colhida às pressas. Uma pressão crescente, até a expulsão dos pequenos proprietários:

“Quem ficou com uns pedacinhos, ainda trabalhava naqueles pedacinhos deles. E quem não tinha, tinha que trabalhar a roubo. O pessoal, o fazendeiro abria campina, andava aquele roçado. Eu mesmo trabalhei muito nas propriedades do povo, dos fazendeiros. Eu pagava um saco de milho por quadra, pagava. O pagamento era um saco de milho e a prestação ficava. Fechava pra estação e a fava que a gente ficava, ele não deixava nem amadurecer direito, o camarada apanhava verde mesmo, aí que nós vivia assim, mas teve uma época, que não teve nada. Os fazendeiros tomaram conta.”²¹

Nascido e morador na atual Aldeia São José, onde foi instalado, “Seu” Zé Pedro afirmou que “quando faltava serviço”, foi trabalhar na construção das barragens de Paulo Afonso e Sobradinho, na Bahia. Também viajou, em busca de trabalho, para São Paulo e Campina Grande, na Paraíba. Membro da antiga Família Simplício, habitantes em São José, ele gostava de ir mesmo era para “o sul”, lugar “animado”, na época da colheita, onde ficou durante anos seguidos: “*Eu gostava muito do sul. Cortar cana. Brincar por lá... O ‘sul’ é muito animado demais. No tempo da moagem é mesmo que festa! Eu terminei no Sul de Alagoas. E já vim faz pouco tempo, que vim de lá. Eu vim me aposentar! Fui plantar verdura mais um doutor lá*”.²²

Morador na Aldeia Cana Brava, um outro entrevistado foi trabalhar no carregamento de cana no “sul”, próximo a Alagoas, durante alguns anos: “*Fui trabalhar em Alagoas no caminho de cana. Porque aqui não tinha o que nós ganhar. Quem pagava aqui um serviço era os que podia. Fui trabalhar no sul, em Alagoas. Trabalhei no caminho de cana. Fui uns 5 ou 6 anos*”.²³

O Pajé Xukuru, “Seu” Zequinha, em períodos de estiagem ou quando a lavoura não tinha sido produtiva, também viajou para o “sul”, onde trabalhou nas usinas de cana-de-açúcar: *“Às vezes nessa época aqui dava. Seca, não tinha onde trabalhar. Aí ia para o sul. Para a área da cana. Eu trabalhei na Usina Pedrosa, trabalhei na Usina Catende. Ia e voltava. Ia na época da safra. Somente, quando tava seco aqui. As vezes dava pouco dinheiro, eu ia lá dava um dinheirinho mais melhor”*.²⁴

Quando os fazendeiros soltavam o gado nas roças indígenas, antes da colheita, a saída era buscar trabalho fora da Serra do Ororubá. Além do “sul”, alguns índios viajavam para trabalhar na colheita do algodão no sertão da Paraíba. O Pajé foi trabalhar apenas na lavoura da cana: *“‘Vou botar o gado!’. Muitos já quebrava com o gado dentro! O fazendeiro botava, cada vez mais apertava a dobradiça. Pro isso muita gente ia pro sul, muita gente foi para o algodão. Eu nunca fui não. Só fui pro sul. Pro sul fui, fui de solteiro, fui umas quatro vezes. De casado eu só fui uma vez”*.²⁵

Um outro entrevistado foi trabalhar em diversos outros lugares. E também em terras invadidas por fazendeiros, na Serra do Ororubá, pois sua família era extensa e tinha um pequeno pedaço de terra. Seu pai trabalhava também de alugado para os fazendeiros e ele herdou apenas uma pequena gleba de terra:

*“Trabalhei fora. Eu saí daqui fui botar roçado em Caiananinha, perto de Sanharó, porque aqui não tinha quem dessa terra. Então saí daqui, fui trabalhar em Goiabeira, próxima a Aldeia Velha, daqui a duas léguas, Pão de Açúcar abaixo. Trabalhei na beira do rio. Trabalhei aqui em Zê Marques, botei roçado lá. Trabalhei em Arlindo Sabino também. Trabalhei em todas as terras por aí, porque a de mãe aqui era pouquinha. A de mãe aqui era 4 quadros, a que ele herdou. Bom, mas mãe tinha nove filhos, mas como eu era o que ela mais gostava, ele deu um quadro²⁶, que eu estou com a escritura dele aí, o quadro que ela me deu. Meus pais tinham quatro quadros. Não dava porque ele trabalhava alugado. Ele só no alugado coitado, se entertia naquilo...”*²⁷

O mesmo entrevistado também foi trabalhar nas usinas do “sul”. O dinheiro ganho jogando quando voltou para a Serra do Ororubá investiu nas terras da família, recebendo uma parte como herança:

“Saí, fui trabalhar na Usina Pedrosa, no Sul. Trabalhei lá 6 meses. Só fui uma vez. Ganhei nesse tempo lá, um conto e duzentos, que ainda peguei umas duas paradas de jogo. Jogava tirava um dinheirinho, enteirava e não gastava. Quando vim embora, fui tocar isso aqui. Toquei a terra de mãe toda! Depois dela feita, foi que ela disse “Meu filho, eu vou lhe dar esse quadro de café que você assituou. Esse quadro de terra que você assituou, eu vou lhe dar, essa outra fica para os meninos”. Eu tinha nove irmãos com eu.”²⁸

Outro entrevistado lembrou que os índios mais idosos tinham falado que, em razão da seca, foram em busca de melhores condições de vida no Sertão da Paraíba, ou no “sul”, próximo a Alagoas, ou ainda em localidades mais próximas de Pesqueira. Alguns constituíram famílias por onde andaram. Outros retornavam para reencontrar seus familiares na Serra do Ororubá,

“Os mais velhos falavam em seca. Na época da seca não faziam nada. Muitos ganhava o mundo atrás de refrigério, atrás de ganho. Um bocado ia para o Sertão, ou ia para o sul de Alagoas. No sul eu ia trabalhar! Sertão tem Monteiro (Paraíba). Monteiro morava um tio meu lá. Tinha ali chamavam Lagoa de Baixo, hoje é Sertânia. Iam para aqueles lados... Voltavam quando queria, muitos ficavam por lá. Às vezes ia com a família, às vezes trazia também. Muitos poucos nasceram lá. Quando eles iam assim, deixavam a família, às vezes só iam os mais velhos atrás de trabalho.”²⁹

A falta de chuvas e a fome motivaram “Seu” Floriano a deixar a família na Serra do Ororubá e ir para “o sul”, juntamente com outros índios, trabalhar temporariamente na colheita e moagem da cana:

“Eu saí para trabalhar fora, para ganhar dinheiro. No sul, na Usina Pedrosa. Fui trabalhar, saí daqui no tempo ruim, eu deixei a mulher... Eu digo: ‘Eu vou pro sul, senão eu me acabo de fome!’ É que fui pra lá. Trabalhei lá uns três meses ou quatro. Adepois que voltei melhorou a situação, choveu... prá gente plantar. Foi muita gente. Daqui foi muita gente. Num comboio eu acho que ia bem uns catorze para lá. Era tempo de seca. Era para moer cana, da moagem de cana.”³⁰

Sem terras, “Seu” Malaquias trabalhava para um fazendeiro. Depois foi para o Recife e “o sul” e Alagoas. Aprendeu a trabalhar em outras profissões na Capital pernambucana. Foi cortador de cana para várias usinas que vinham buscar os índios em caminhões, na época de seca na Serra do Ororubá e de moagem da cana no “sul”:

“Eu mesmo passei três anos no Recife para Alagoas. Quando eu deixei a fazenda, eu passei mais de três anos pelo mundo trabalhando. No Recife, no sul, Alagoas. Eu tenho uma arte. Eu trabalhava na agricultura aqui. Mas lá eu trabalhava em arte: pintor de azulejo, de armador, de encanador. E no sul era cortando cana e espalhando cana. O caminhão ia e levava cheio! Para Caetés, Cucau, Palmares, Barreiros... Vinha nessa época de setembro, quando começa a seca. Nós ia pra lá.”³¹

Viajavam para “o sul” pela falta de terras para trabalho, pois, mesmo como alugado, eram negadas pelos fazendeiros. A saída era procurar meios de vida em outras cidades e no “sul”: *“quando entrou aquele negócio que o fazendeiro perseguia aí... ‘Aqui não trabalha mais ninguém! Ninguém bota roçado!’ Aí a gente que tinha que desenrolar. Ia para o sul, Recife, Vitória de Santo Antão, Canhotinho. O sul”*.³²

A colheita insuficiente e a seca foram os motivos de alguns se deslocarem para “o sul”, outros irem trabalhar na lavoura do algodão em várias localidades na Paraíba, onde ficavam por meses, muitos casavam, mas não perdiam as referências da Serra do Ororubá:

“Às vezes os anos era meio fraco. Às vezes o cara tinha que procurar refrigério melhor. Uns iam para o Sul. Outros para trabalhar no algodão na Paraíba, Monteiro, Baixa do Siba, Tamanduá, Zabelê, Serrote, Mulungu, Sítio do Meio, Lagoa da Ia, Jatobá, Prata de Boi Veio, Matarina, Catarina, Serra do Gabriel, Bom Jesus. Muitas vezes casavam, muitas vezes voltavam sem nada! (risos). Alguns as vezes passavam tempo. Tempo assim de dois anos, um ano. Quem se deu bem lá, às vezes ficava morando uns tempos, mas não se esquecia da tribo, da Serra não.”³³

No Sertão da Paraíba trabalhavam na colheita de algodão ou em regime de divisão da produção com os fazendeiros. Para o “sul” iam a

pé, por falta de dinheiro para pagar um transporte. O entrevistado não foi, mas seu irmão trabalhou em usinas e voltou para casa com um pouco de dinheiro:

“E lá trabalhava para fazendeiros, plantava algodão, trabalhavam de meia com o patrão. Quando o tempo estava meio ruim pegavam o campo lá para apanhar algodão dos fazendeiros. Tempo de seca, porque às vezes botava roçado e perdia. A seca braba, perdia, ia atrás do algodão na Paraíba, no Sertão. No Sul ia cortar cana. Na Usina Pedrosa, Barreiros... Ia a pé. Não tinham dinheiro para pegar um jegue. Saía da Serra, trabalhava lá um mês, dois e quando acabava voltava. Ia a pé até chegar na Usina. Ia no mês de outubro para novembro, de setembro para outubro. Eu não fui, mais um irmão meu ainda foi. Ele foi para a Usina Barreiros, voltou com um troquinho pouco (risos).”³⁴

No citado *A terra e o homem no Nordeste*, discutindo o desenvolvimento das usinas e a proletarização dos trabalhadores rurais, o autor mais uma vez citou os “corumbas”. Os migrantes sazonais vindo do Agreste para a lavoura canavieira, e que retornavam no inverno para as suas regiões de origem: “*Como proprietários de pequenos lotes ou como rendeiros, se não possuem terra, cultivam lavouras de subsistência ao caírem as primeiras chuvas*”.³⁵ Mas permaneciam até a colheita das suas lavouras,

“Chegado, porém, o estio, nos meses de setembro e outubro, quando as usinas começam a moer e a seca não permite a existência de trabalhos agrícolas no Agreste, eles descem em grupos em direção à área canavieira, as vezes à pé, às vezes em caminhões, e vêm oferecer seus trabalhos nas usinas e engenhos. Aí permanecem até as primeiras chuvas que são no Agreste em março ou abril, quando regressam aos seus lares, a fim de instalar novos roçados.”³⁶

O autor enfatizou a importância fundamental da mão-de-obra desses trabalhadores para a produção do açúcar, informando ainda da necessidade deles para algumas usinas, em virtude de suas localizações geográficas:

“As usinas mais distantes do litoral, como Roçadinho, Pedrosa, Catende, Serra Grande, etc., por se localizarem

próximas ao Agreste, recebem os corumbas mais facilmente em maior número. Aquelas localizadas distantes necessitam, às vezes, enviar caminhões às cidades agrestinas em dias de feira para agenciar trabalhadores.”³⁷

Uma pesquisa realizada no início da década de 1970, na cidade de Ribeirão, Zona da Mata Sul pernambucana, constatou que um expressivo percentual dos trabalhadores, “chefes de famílias”, na lavoura canavieira eram originalmente agricultores de subsistência no Agreste, de onde vieram. A migração era motivada pela capacidade do processo produtivo do açúcar de absorver anualmente grandes contingentes de mão-de-obra, aliada à insuficiência de terras pelas pequenas dimensões das propriedades ou ainda pela sua baixa produtividade para manutenção das famílias em seus lugares de origem.³⁸

No caso da Serra do Ororubá, além da falta de terras para os índios trabalharem, somava-se também as secas sazonais, que coincidiam com a época da moagem das usinas de açúcar. As viagens de “Seu” Gercino e demais companheiros para “o sul” ocorreram porque “*Não tinha serviço*” na Ororubá:

“Eu fui umas vezes. Pro sul eu fui umas duas vezes ou três vezes. Uma vez eu fui com um tio meu, Tio Antonio Brabinha, depois no outro ano ele não quis ir, eu fui sozinho. Não sobrava não. Quando eu sai daqui que eu fui só se daqui pra sair a Pedrosa. Fui a pé inté. Fui a pé de São José das Lajes pra Pedrosa. Três léguas de pé. E daqui pra São José das Lajes eu fui de caminhão nesse tempo.”³⁹

No depoimento, “Seu” Gercino afirmou a existência de uma rede de pessoas amigas, uma delas um Xukuru ocupante de um posto na usina, que garantia trabalho para os migrantes, quando não havia condições de trabalhar no Ororubá

“Trabalhei lá em Pedrosa. Não tinha serviço. O gerente de lá era conhecido da gente daqui. Era um caboclo. Era Raimundo. Raimundo, irmão de Sebastião que mora aí, que é irmão de Miguel. Ele era gerente lá, a gente descia daqui, chegasse lá, só não trabalhava se não tivesse jeito mesmo. Mas ele fazia tudo e botava nós pra trabalhar,

que ele era caboclo também. Gostava da gente, nós nunca sobremos.”

Mas, quando as relações de amizade não foram suficientes para a garantia de uma ocupação na lavoura, “Seu” Gercino continuou a procura para arranjar trabalho em outras localidades de Alagoas, com condições mais favoráveis:

“Mas no ano que eu fui sozinho, eu sobrei, porque eu cheguei lá não tinha casa, já tinha virado. Já tava completo. Ai Raimundo disse : ‘tu quer esse? Se tu esperar oito dias tu espera. Se você não puder esperar, você procura outra usina’. ‘Tá certo!’ Ai eu desci fui pra Caxangá. Caxangá trabalhei uma semana, turbinando, mas não me agradei, porque eles roubavam muito as horas da gente. Ai desci fui pra Ribeirão, trabalhei oito dias também, não deu. Ai eu digo: ‘Agora, eu já sei’. Solteiro, não tinha em quem pensar. Peguei o saquinho nas costas e fui ficar em Serro Azul, Alagoas, no centro mesmo. Daqui agora ou língua ou beço, daqui eu volto pra casa ou fico aqui mesmo. Mas ganhei a linha de Alagoas, subindo, subindo, subindo, fui parar quase no fim do Sul de Alagoas.”

Foi a proximidade da época e o compromisso em participar nas festas na Vila de Cimbres que motivou o retorno de “Seu” Gercino, depois de vários meses longe, sem dar notícias mesmo à família,

“Trabalhei dez meses. Sem dar noticia a minha família, a ninguém, porque era difícil. Não aparecia conhecido e eu não tinha por quem mandar, trabalhei dez meses. Foi no tempo, chegou o tempo deu ir pra Vila. Eu digo: ‘eu vou me bora’. A usina fechou que foi no mês de maio. Ai eu digo, ‘agora eu vou’. Ai eu vim me bora.”⁴⁰

As viagens e as condições de trabalho

A viagem de ida era feita a pé, pois não tinham sequer recursos para a passagem de trem, só na volta. Trabalhavam na colheita e na moagem da cana:

“Ia a pé até lá mesmo. Não pegava trem não. Com quê? Passava três dias ou quatro para chegar lá. A volta melhorou uma coisinha, porque a gente ganhou um trocadinho, a gente peguemos, viemos até Caruaru de pé.

De lá nos peguemos o trem e chegemos até aqui. Uma vida dura. Lá era para plantar cana, para cortar cana, era para moer cana.”⁴¹

Como lembrou também “Seu” Gercino sobre a viagem: “*De pés prá gente chegar aí no sul, aí em Batateira, Catende, Escada. Por ali era dois dias de viagem, dois dias e pouco. Dormia na estrada, na beira da estrada. Entrava no mato assim um pedaço e dormia*”.

Questionado se tinha registro de trabalho, outro entrevistado que foi uma única vez para “o sul”, respondeu “*Tinha nada! Tinha não*”. Ele lembrou que muitos foram para lá todos os anos. Deixaram de ir após a demarcação das terras reivindicadas pelos Xukuru, “*Fui uma vez. Aqui muita gente ia, todo ano ia. Agora não tá tudo rico, graças a Deus! (risos!)*”. Ele lembrou ainda que viajavam para o Sertão da Paraíba, onde trabalhavam na colheita do algodão e nos brejos paraibanos, na moagem da cana-de-açúcar: “*Tinha gente que ia apanhar algodão no Sertão. Moer cana também no Sertão. Moagem de cana*”.⁴²

Ele contou como fazia o percurso até “o sul”. Ia a pé, pelas matas, às vezes em grupos, outras vezes sozinho:

“*Ía de pé até Bezerros. Bezerros deixava o trem e entrava de pés na linha de Camocim. De Camocim não, de Bezerros nós tirava de pés para lá. Nós ficava um dia, um dia e pouco. Nós ia muito devagar. Ia pelas matas, sentando. Aí gastava mais de um dia. Cansei de ir eu e um colega meu, somente nós dois. Nunca gostei de andar de tuia. Uma vez foi 20 num grupo. De outra vez foi 25. Mas eu não gostava de andar de grupo não.*”⁴³

No “sul” os índios exerciam diferentes atividades na usina ou no corte da cana-de-açúcar. O trabalho era dia e noite. “Seu” Zequinha trabalhou nos armazéns da usina e também diretamente no fabrico do açúcar:

“*Lá trabalhava a noite na usina. Durante o dia, quem ia para o corte de cana, era para corte da cana. Quem trabalhava na usina era na usina. Porque tinha duas turmas. Uma pegava de meio-dia para meia-noite, outra pegava de meia-noite para meio-dia. Agora o meu serviço, eu trabalhava mais de dia. Trabalhei no armazém de açúcar. Trabalhei na esteira também, mas foi pouco tempo. Aí eu*

fui para o armazém. Trabalhei no armazém. Eu trabalhei nas turbinas, turbinando o açúcar. Eu trabalhei no adubo, traçando adubo para cana.”⁷⁴⁴

O dinheiro recebido não era muito, mas compensava, diante da falta de maiores perspectivas na Serra do Ororubá. No “sul”, o trabalho era clandestino: *“Prá gente que naquela época que a gente ganhava aqui nada, ia pra lá dava pra ganhar mais um trôco. Não tinha carteira assinada. Eu não trabalhei de carteira assinada. Era clandestino”*.⁴⁵

Viajar a trabalho era um risco. No “sul”, índios foram mortos para serem roubados. No sertão paraibano imperava a rigidez do comportamento. O entrevistado trabalhou na colheita do algodão, preparando a terras para lavoura e em outros serviços, na seca por não ter onde trabalhar na Serra do Ororubá:

“Às vezes matavam para roubar. Mataram um índio no sul. Mataram Roberto Rosendo. Mataram Çiço Baixo. Mataram o filho de Genésio. Matavam para roubar. Morreu Osvaldo Preto, tudo índio, no sul. Na Paraíba, ‘escreveu não leu, o pau comeu!’. Eu trabalhei na Paraíba, em Lagoa Grande pegando algodão, tocando palma, serviço pesado! Eu trabalhei em Baixa do Siba, Tamanduá, Zabelê, Lagoa da Lá, Prata de Boi Veio, Matarina...apanhando algodão, limpa de mato. Tudo eu fazia, enfrentava tudo! Quando não tinha trabalho eu me largava no mundo e ia trabalhar.”⁷⁴⁶

Em uma longa entrevista, “Seu” Gercino, o “Bacurau” puxador da dança do Toré Xukuru, detalhou os motivos, as condições e os lugares das viagens que ele e outros índios fizeram em busca de trabalho temporário. A maior razão das partidas para “o sul” ou para a Paraíba eram as difíceis condições de vida:

“Falta de ganho, porque nós nascemos e se criamos aqui e ninguém nunca passou fome. A falta de coragem de trabalhar, não. Agora, se nós queria ganhar o nosso trocado pra fazer a nossa despesa, não tinha, onde podia ter era no sul, ou na Paraíba. Aí nós ia procurar qual era o mais perto pra nós ir. As vezes nós ia pra Paraíba, as vezes ia pro sul atrás de ganhar pra num ver a família passar privação, né na cidade. Aí nós ia. Trabalhava no sul, sempre nós trabalhava dois mês, três, vinha embora.

E aqui na Paraíba, nós trabalhava as vezes três, quatro mês, ai vinha embora.”²⁴⁷

Ele lembrou que, na falta de recursos financeiros ou para economizar o dinheiro ganho, faziam o percurso caminhando, até boa parte do trajeto:

“Ia pro sul ia muitos a pés, porque não tinha o trocado pra pagar passagem, as vezes nós pegava trem aqui até Caruaru, de Caruaru ia de a pés, porque não tinha trocado, né? Pronto, muitos e muitos, porque muitos que já foram já morreram tudo. Que iam de pés e às vezes voltavam porque não queriam gastar o transporte.”

“Seu” Gercino trabalhou no fabrico do açúcar em várias usinas na Zona da Mata Sul de Pernambuco até a fronteira com Alagoas:

“Na cana, eu mesmo só trabalhei na Usina. Oito dias, depois de oito dias eu fui trabalhar dentro da usina. Aí aprendi a turbinar açúcar. Aí eu não acostumei, trabalhava nas turbinas. Trabalhei em Ilha Pedrosa. Trabalhei em Caxangá. Trabalhei em Ribeirão e por ali abaixo. Até na porta de Alagoas trabalhei tudo. Trabalhava turbinando.”²⁴⁸

Um pesquisador que esteve na Zona da Mata Sul pernambucana nos primeiros meses de 1972, perplexo, constatava as dificuldades para entrevistar os trabalhadores na época de moagem das usinas, pois a jornada de trabalho era enorme. A maioria das usinas funcionava 24 horas. O trabalho no fabrico do açúcar era e ainda é mais especializado, todavia, mais cansativo. O pesquisador constatou também que os direitos trabalhistas só eram respeitados para os trabalhadores nas oficinas mecânicas das usinas. Os que exerciam atividades na moagem, nas turbinas, frente ao “*vapor do diabo*”, como chamavam, além da longa jornada de trabalho em duras condições ambientais e periculosidade, não possuíam carteira de trabalho e ganhavam por diária.⁴⁹

Situação semelhante expressou “Seu” Gercino na continuidade do seu depoimento. Ele falou também que, como ainda acontece contemporaneamente, os trabalhadores envolvidos diretamente no corte da cana-de-açúcar não eram registrados. O ganho semanal na época era o

suficiente para a compra de alimentos relativamente mais baratos e fazer economias para trazer para a família, na Serra do Ororubá:

“No sul a primeira vez que eu fui, eu trabalhava por semana. Semanal na usina. Era seis mil réis por semana. Tá vendo? Seis mil réis de sábado a sábado. Era seis mil réis, quando eu fui. Depois que eu passei a turbinar, aí subiu. Aí eu ganhava doze mil réis por semana e nunca ficharam carteira. Eu não sei agora, faz tempo que eu fui. Não sei, mas no tempo que eu trabalhei não. Assinava carteira não. Em serviço nenhum. Cortador de cana, cambiteiro, cocheiro, esse povo que lutava com animal, não tinha nada fichado, não. Tudo era avulso. Mas o que a gente ganhava dava. Porque tudo era mais... não era caro. Sempre era mais barato. O charque era mais barato, feijão mais barato, farinha mais barata e pronto. Dava e a gente ainda trazia um trocado pra casa.”

O trabalho durava os últimos cinco meses do ano. Era realizado sem os direitos legais:

“Era assim, nós começava no mês de agosto. Nesse mês, nós chegava lá às vezes a usina já tava trabalhando e as vezes nós chegava se ela não tivesse trabalhando, ia trabalhar. Só voltava no mês de dezembro, sempre era o mês de dezembro, nós voltava. No sul não se assinava nada. Só assinava o nome na folha pra receber.”

Com o dinheiro recebido o trabalhador pagava sua manutenção e comprava o mínimo de alimentação:

“Pagava barracão. Pagava às vezes uma lavagemzinha de roupa. Às vezes um kilo de carne que a gente comprava assim no meio da semana e pronto. Alimentação era por conta da gente. A gente é que tinha que comprar, fazer a feirinha da gente, comprar o feijão, a farinha. Nesse tempo, arroz era meio difícil, aí nós comprava feijão, a farinha, uma carnezinha pra almoçar. A carne nossa do sul era charque, carne de charque. Nós fazia aquela feira simples, um trocadinho que sobrava, guardava.”

O máximo possível do que fora ganho era guardado e trazido para família. O momento do retorno era quando iniciava o armazenamento do açúcar e de preparação da terra para o plantio da cana:

“Trazer pra família, guardava não era pra outra coisa. Pra quando dissesse ‘vou m’imbora’, ter o dele. Pagava um transporte se encontrasse, se não encontrasse era de pé mesmo e vinha. Trazer uma remessa em casa. Ai era tempo que começava o serviço de doca. As vezes de limpa de mato. Ai nós não descia mais.”⁵⁰

No início da década de 1970, o recrutamento de trabalhadores para os serviços mais especializados no fabrico do açúcar ocorria dentre os chamados “corumbas”, trabalhadores originários, em sua maioria, do Agreste, que sazonalmente se dirigiam para a Zona da Mata Sul de Pernambuco. Na maior parte das usinas esses trabalhadores, a exemplo de “Seu” Gercino, assumiam atividades na moagem, como nas turbinas.⁵¹

Durante o período de trabalho as condições de alojamento eram precárias, “os corumbas” ficavam em galpões coletivos, como lembrou “Seu” Gercino:

“Morava no barracamento da usina, que a usina tem uns barracamentos pra o operariado todo. Nesse tempo eles não chamava operários, era pião. Tinha pião, que tinha três, quatro numa barraca, cinco, seis noutra, tinha o barracão, a barraca grande, galpão. Era Corumbá. Tinha cinqüenta, sessenta corumba tinha. Se tivesse lugar de amarrar rede.”

“Seu” Gercino lembrou ainda das condições pessoais para a viagem ao “sul”. Questionado sobre os pertences levados, ele falou que alguns transportavam roupas, rede, muitos iam descalços e assim trabalhavam,

“Uma rede, um lençol, uma roupinha. Às vezes tinha um parzinho de alpercatas e quem não tinha ia de pé descalço, era. Passei isso muito. Eu nunca fui descalço não, porque toda vida fui prevenido, gosto de possuir um parzinho de calçado, de alpercata de eu viajar. Mas muitos que não ligava pra isso. De certos tempos pra cá é que muitas gente não anda de pé descalço, mas do meu entendimento de trabalho pra trás tinha muitos que não usava calçado

não. Brocava, limpava mato, fazia tudo, mas com os pés descalços, calçava não.”

Muitos Xukuru também migraram para o Sertão da Paraíba, onde foram trabalhar nas lavouras de algodão. A Serra do Ororubá está situada na fronteira pernambucana com o Sertão paraibano. “Seu” Gercino também colheu algodão em várias localidades paraibanas. O trabalho era em condições diferenciadas do “sul”. Recebiam alimentação e estadia:

“Eu ia na época da safra de algodão, de agosto pra setembro, as vezes chegava lá em setembro. Perto de Monteiro. Paraguai, Contrapina. Era tudo perto de Monteiro, a gente ia. Lá os patrão dava bôia: o almoço, a janta, a dormida, que a gente ganhasse era livre. Não tinha história de fazer feira não. O pouco que a gente ganhasse era livre. Só pra quem fumava, ai comprava fumo pra fazer os cigarro, essas coisas, mas eu não fumava.”

Apesar das condições diferenciadas, em caso de acidentes de trabalho as condições para um socorro eram precárias em razão das distâncias. Em comparação com a lavoura canavieira, colher algodão era uma atividade mais leve:

“Davam tudo. Davam dormida, dava comida, dava tudo. Ia daqui trabalhar, quando trabalhava que vencia o tempo vinha embora. Aleijado, ou manquejando, ou marcando, tinha que se cuidar. Se fosse um negócio prá medico, era longe, três léguas pro cabra ir. Como é que o cabra ia de pé? Não tinha transporte. Existia mas era carro de boi, pronto e outra coisa, nada. Porque o trabalho da gente lá era, num era complicado, era de algodão. Às vezes fazia uma cerca, era o mais complicado, mas não. Era somente catar algodão.”

Na falta de recursos financeiros, se deslocavam também a pé para as lavouras do algodão, na Paraíba, “*Daqui nós ia de a pés prá Paraíba. Ia daqui de Cana Braba mesmo, os conhecidos dali de Cana Braba*”.⁵²

A partir dos relatos dos xukurus, a exemplo de “Seu” Gercino, sobre as viagens e a presença de indígenas no “sul”, onde iam trabalhar na lavoura canavieira, é possível então pensar a fonte de inspiração para Ascenso Ferreira escrever o citado poema “Toré”.

Xukuru, uma outra história

A situação de penúria em razão das invasões das terras indígenas na Serra do Ororubá pelos fazendeiros perdurou por muitos anos. Além dos muitos que buscavam ocupação em outras regiões, índios arrendavam suas próprias terras, em mãos dos fazendeiros, para trabalharem e recebiam míseros pagamentos como trabalhadores para os invasores. Tal situação mudou a partir dos anos 1980, quando liderados pelo Cacique “Xicão” (Francisco de Assis Araújo), os Xukuru estimulados pela participação nas mobilizações da Assembléia Nacional Constituinte que reconheceu e fixou os direitos indígenas na Constituição aprovada em 1988, iniciaram a retomada dos seus territórios. Para impedir a organização e mobilização indígena os fazendeiros planejaram o brutal assassinato do Cacique “Xicão” ocorrido em 1998. Apesar dos assassinatos posteriores de outras lideranças como “Xico Quelé”, das perseguições e ameaças, os Xukuru tiveram suas terras homologadas pelo Governo Federal, em 2001.

A população Xukuru atualmente é contabilizada, segundo os próprios índios, em 10.000 indivíduos, que habitam 24 aldeias espalhadas pela Serra do Ororubá e com cerca de 200 famílias indígenas concentradas em três bairros, na periferia da Cidade de Pesqueira, além de outras famílias que moram nas demais áreas urbanas da mesma cidade. Atualmente cerca de 95% do território demarcado está nas mãos dos Xukuru, restando ainda ao poder público, indenizar, segundo a lei, as benfeitorias de pequenos posseiros invasores das terras indígenas. Apesar da degradação ambiental com o mau uso dos recursos naturais pelos invasores ao longo de anos, a demarcação foi a concretização do sonho tão esperado, que vem possibilitando a fartura, o vicejar da vida, a dignidade. Produtos agrícolas orgânicos, trazidos por índios de algumas aldeias na Serra do Ororubá e que são vendidos em uma feira semanal no centro de Pesqueira, são representativos de uma nova etapa na história do povo Xukuru.

Bibliografia

- ANDRADE, Manuel C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4ª ed. São Paulo: LECH, 1980.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. *Relações de dependência social no Agreste Centro Ocidental de Pernambuco*. 1979. Dissertação (Mestrado em Sociologia – PIMES), Recife: UFPE, 1979.
- FERREIRA, Ascenso. *Catimbó, Cana Caiana, Xenhenhém: Poemas de Ascenso Ferreira*. 5ª ed. Recife: Nordestal, 1995.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SILVA, Edson. *Xucuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988*. 2008. (Tese de Doutorado em História Social). Campinas: UNICAMP, 2008.
- SILVA, Edson. “História, memórias e identidade entre os Xucuru do Ororubá”. In: *Revista Tellus*, Campo Grande/MS, UCDB Nº 12 abr. 2007, pp. 89-102.
- SILVA, Edson. “Índios organizados, mobilizados e atuantes: história indígena em Pernambuco nos documentos do Arquivo Público”. In: *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.3 Nº 1/2, jul./dez. 2006, pp. 173-224.
- SILVA, Edson. “O nosso direito”. Conflitos e resistência indígena em Pernambuco no Século XIX”. In: SILVA, Edson et al. *Índios do Nordeste: temas e problemas*. Maceió: Edufal, 1999, pp. 265-279.
- SILVA, Edson. “Confundidos com a massa da população”: o esbulho das terras indígenas no Nordeste do século XIX. In: *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*. Nº. 46, vol. 42, dez./1996, pp. 17-29.
- SILVA, Edson. *O lugar do índio*. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada – PE (1860-1880). Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1995.
- SILVA, M. Rafaela da. *Índios na Mata Sul/PE: memórias, refazendo a vida, refazendo a História*. 2007. Monografia (Curso de Especialização em Ensino de História). Recife: UFRPE, 2007.
- SUAREZ, Maria Teresa S. de Melo. *Cassacos e corumbas*. São Paulo, Ática, 1977.
- VALLE, Sarah M. *A perpetuação da conquista: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco no século XIX*. Recife: UFPE (Dissertação de Mestrado em História), 1992.

Notas

¹ Doutor em História Social pela UNICAMP. Mestre em História pela UFPE. Pesquisador do Laboratório de Estudos de Movimentos Étnicos-LEME/UFCEG; do Núcleo de Estudos

e Debates Sobre a América Latina-NEDAL/UFPE e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade-NEPE/UFPE. Leciona História no Col. de Aplicação/CENTRO DE EDUCAÇÃO-UFPE. E-mail: edson.edsilva@gmail.com

² CALADO, Alder Júlio Ferreira. *Relações de dependência social no Agreste Centro Ocidental de Pernambuco*. 1979. Dissertação (Mestrado em Sociologia – PIMES), Recife, UFPE, 1979. ANEXO V, p. 155.

³ Ofício da IR4, 30/05/1956, para a Diretoria do SPI/RJ. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 182, fotograma 073.

⁴ ANDRADE, Manuel C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4ª ed. São Paulo, LECH, 1980, p. 106.

⁵ VALLE, Sarah M. *A perpetuação da conquista: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco no século XIX*. Recife: UFPE (Dissertação de Mestrado em História), 1992.

⁶ Aviso do Ministério da Agricultura, em 05/10/1863, ao Presidente da Província. Arquivo Público Estadual (APE), Códice MA-3, folha 120.

⁷ SILVA, Edson. “Índios organizados, mobilizados e atuantes: história indígena em Pernambuco nos documentos do Arquivo Público”. In: *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.3 Nº 1/2, jul./dez. 2006, p. 174.

⁸ Idem, p. 193.

⁹ VALLE, Sarah M. *A perpetuação da conquista*. Op. cit., p.86.

¹⁰ Requerimento de João Correa Caboré, por Cesário Augusto Peixoto, em Águas Belas 30/01/1864, ao Vigário da Freguesia de Águas Belas Antônio Eustáquio Alves da Silva. APE, Cód. Petições: Índios, fls. 51-52. O “Atestado” do Padre acompanha o Requerimento.

¹¹ Requerimento de João Correa Caboré, por Cesário Augusto Peixoto, em Águas Belas 22/02/1867, ao Diretor Geral dos Índios. APE, Cód. Petições: Índios, fls. 53-57.

¹² Of. do Maioral de Águas Belas, em 23/07/1867, ao Presidente da Província. APE, Cód. DII-19, fls. 117.

¹³ Of. do Diretor Geral Interino dos Índios Francisco Alves Cavalcanti Camboim, em 04/10/1869, ao Presidente da Província. APE, Cód. DII-19, fls. 147.

¹⁴ SILVA, M. Rafaela da. *Índios na Mata Sul/PE: memórias, refazendo a vida, refazendo a História*. 2007. Monografia (Curso de Especialização em Ensino de História). Recife: UFRPE, 2007, p. 11.

¹⁵ Idem, p. 31.

¹⁶ Idem, pp. 32-33.

¹⁷ Idem, pp. 34-35.

¹⁸ “Serra do Ororubá”. Pe. Olímpio Torres. *Jornal A voz de Pesqueira*, Pesqueira, 14/06/1953, p. 1.

¹⁹ “Ainda a Serra”. *A voz de Pesqueira*, Pesqueira, 21/06/1953, p. 1.

²⁰ “Agricultura versus pecuária”. *A voz de Pesqueira*, Pesqueira, 5/7/1953.

²¹ Pedro Rodrigues Bispo, “Seu” Zequinha, Pajé Xukuru, 72 anos. Bairro Baixa Grande, em Pesqueira/PE, em 05/07/2004.

²² José Pedro Simplício, “Seu” Zé Pedro, 75 anos. Aldeia São José, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 05/07/2004.

²³ Manoel Balbino Silva, “Mané Preto”, 73 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 17/11/2005.

²⁴ Pedro Rodrigues Bispo, “Seu” Zequinha, Pajé Xukuru. Op. cit.

²⁵ Idem.

²⁶ Medida agrária, equivalente a 12.100 m².

²⁷ Cassiano Dias de Souza, 75 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 13/12/2005.

²⁸ Idem.

²⁹ Juvêncio Balbino da Silva, 76 anos. Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 15/12/2005.

³⁰ Floriano Marcolino da Silva, 90 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 17/12/2005.

³¹ Malaquias Figueira Ramos, 62 anos. Aldeia Caípe, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 12/11/1996.

³² Idem.

³³ José Gonçalves da Silva, “Zé Cioba”, 82 anos. (Falecido). Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 18/12/2005.

³⁴ Idem.

³⁵ ANDRADE, Manuel C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. Op. cit., p. 111.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Idem, p. 112.

³⁸ SUAREZ, Maria Teresa S. de Melo. *Cassacos e corumbas*. São Paulo, Ática, 1977, p.85; pp. 93-94.

³⁹ Gercino Balbino da Silva, 80 anos. (Falecido). Aldeia Pedra D’Água, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 11/08/2004.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

⁴² Malaquias Figueira Ramos, 62 anos. Aldeia Brejinho, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 17/11/2005.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Pedro Rodrigues Bispo, “Seu” Zequinha, Pajé Xukuru. Op. cit.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Gercino Balbino da Silva. Op. cit.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 62-108.

⁵⁰ Gercino Balbino da Silva. Op. cit.

⁵¹ LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo*. Op. cit., p. 154.

⁵² Gercino Balbino da Silva. Op. cit.